

Matéria Cível – Direito Público



Acórdão dos Embargos de Declaração

- [Tema 131](#)

Tese firmada: A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT tem o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados.

Leading Case: RE 589998

Relator: Min. Ricardo Lewandowski

Data de publicação dos embargos de declaração: 05/12/2018

Trânsito Julgado

- [Tema 832](#)

Tese firmada: O parlamentar, na condição de cidadão, pode exercer plenamente seu direito fundamental de acesso a informações de interesse pessoal ou coletivo, nos termos do art. 5º, inciso XXXIII, da CF e das normas de regência desse direito.

Leading Case: RE 865401

Relator: Min. Dias Toffoli

Data do trânsito em julgado: 04/12/2018

- [Tema 809](#)

Tese firmada: É inconstitucional a distinção de regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros prevista no art. 1.790 do CC/2002, devendo ser aplicado, tanto nas hipóteses de casamento quanto nas de união estável, o regime do art. 1.829 do CC/2002. (A mesma tese foi fixada para o Tema 498).

Leading Case: RE 878694

Relator: Min. Roberto Barroso

Data do trânsito em julgado: 04/12/2018

Boletim NUGEP 41/2018

03/12/2018 a 08/12/2018

- [Tema 948](#)

Tese firmada: A Contribuição Sindical Rural, instituída pelo Decreto-Lei 1.166/1971, foi recepcionada pela ordem constitucional vigente e não configura hipótese de bitributação.

Leading Case: RE 883542

Relator: Min. Gilmar Mendes

Data do trânsito em julgado: 05/12/2018



Possível Revisão de Tese

- [Tema 692](#)

Questão submetida a julgamento: Proposta de Revisão de Entendimento firmado em tese repetitiva firmada pela Primeira Seção relativa ao Tema 692/STJ, quanto à devolução dos valores recebidos pelo litigante beneficiário do Regime Geral da Previdência Social - RGPS em virtude de decisão judicial precária, que venha a ser posteriormente revogada.

Tese firmada: Tese firmada pela Primeira Seção no julgamento do REsp 1.401.560/MT, acórdão publicado no DJe de 13/10/2018, que se propõe a revisar:

A reforma da decisão que antecipa a tutela obriga o autor da ação a devolver os benefícios previdenciários indevidamente recebidos.

Pet 12482/DF

Relator: Min. Og Fernandes

Data de afetação: 03/12/2018



Mérito Julgado

- [IRDR 22](#)

Questão submetida a julgamento: Saber se a extinção do quinquênio e a instituição do anuênio prevista na Lei Municipal nº 2.754/98 abrange todos os servidores públicos do Município de Coronel Fabriciano ou somente é aplicável aos servidores públicos do magistério municipal.

IRDR 1.0194.14.008085-5/002

Relator: Des. Alberto Vilas Boas

Data de julgamento de mérito: 05/12/2018

Trânsito em Julgado

- [IRDR 28](#)

Tese firmada: Admite-se o reconhecimento judicial da progressão horizontal administrativamente inviabilizada em função da omissão estatal quanto à realização da avaliação de desempenho, haja vista a inexistência de identidade de seu suporte fático com o adicional por tempo de serviço ordinariamente concedido.

IRDR 1.0332.14.001772-1/002

Relator: Des. Corrêa Júnior

Data de trânsito em julgado: 09/10/2018

Matéria Criminal

Não houve, no período, atualização dessa matéria em temas do Tribunal de Justiça de Minas Gerais ou dos tribunais superiores.

Matéria – Direito Privado

Não houve, no período, atualização dessa matéria em temas do Tribunal de Justiça de Minas Gerais ou dos tribunais superiores.